

CENSURA E REPRESSÃO NO REGIME MILITAR: A IMPRENSA SILENCIADA E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Andréa Nunes Ambrosio¹

Prof^a Adriana Sartório Ricco²

RESUMO – Censura e repressão no regime militar: a imprensa silenciada e seus reflexos na sociedade. Esse trabalho apresenta a censura aos meios de comunicação exercida pelo governo Brasileiro durante as duas primeiras décadas do Regime Militar. São abordados o rompimento democrático em decorrência do Golpe de 1964, os meios utilizados pelo governo para abafar e esconder da opinião pública os atos repressores contra a sociedade e a articulação civil sob a forma de instituições. Em sua metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, utilizando-se em seu delineamento fontes bibliográficas. O resultado é a constatação de como a censura afetou uma sociedade civil que procurou organizar-se, ainda que sob os extremos da ditadura.

Palavras-chave: Regime Militar. Censura. Participação popular.

ABSTRACT – Censorship and repression in the military regime: the silenced press and its reflexes in society. This paper presents the censorship of the media exercised by the Brazilian government during the first two decades of military rule. Are addressed due to the disruption of the democratic coup of 1964, the means used by the government to stifle public opinion and conceal the repressive acts against civil society and the articulation in the form of institutions. In its methodology, it is an exploratory study, uses in its design literature sources. The result is the realization of how censorship has affected a civil society that sought to organize themselves, even under the extremes of dictatorship.

Keywords: Military Regime; Censorship; Popular participation.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da democracia brasileira é marcada por seu abalo nos dramáticos “Anos de Chumbo”, iniciados com o Golpe Civil Militar de 1964. Sob a justificativa de uma suposta “ameaça comunista”, inserida no contexto de bipolarização ideológica mundial entre capitalismo e socialismo, o país foi submetido à mais longa e violenta ditadura da história.

¹ Graduanda do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de Sá de Vitória/ES - Brasil.

² Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos/SP e professora da Faculdade Estácio de Sá de Vitória/ES – Brasil. E-mail: adrianasartorio@hotmail.com

A sociedade passou a sofrer as conseqüências de um regime arbitrário, autoritário e repressivo. A liberdade de expressão passou a ser intensamente combatida pelo governo, os direitos individuais foram suprimidos sob o respaldo da Lei de Segurança Nacional, ao passo que o cidadão brasileiro ficou à mercê dos desmandos do Regime Militar.

Foram utilizados dos mais bárbaros instrumentos de repressão contra os considerados inimigos do Regime. A imprensa, uma das vítimas do governo, passou a sofrer os cortes da censura. Dessa forma, restringiu-se o acesso da população aos bárbaros acontecimentos da época: perseguição intensa a políticos de esquerda, estudantes, artistas e intelectuais, desrespeito aos direitos humanos, cassação de mandatos, medidas governamentais que comprometiam o futuro político, econômico e social do Brasil.

O governo deteve o controle dos meios de comunicação e passou a permitir a veiculação de apenas o que era conveniente ao Regime. Os fatos eram omitidos, distorcidos ou recriados. Enquanto a Linha Dura divulgava a ilusão do “Milagre Econômico”, a imprensa e classe artística usavam sua criatividade para criar subterfúgios que pudessem driblar a censura e alertar a população. Por exemplo, várias vezes a Folha de São Paulo publicava receitas culinárias, incompletas ou impossíveis, na capa do jornal, no lugar de matérias censuradas.

Os anos em que o Brasil esteve submetido à Ditadura Militar significaram um atraso ao desenvolvimento da estrutura social brasileira que carece de elucidacões contundentes e modernizadoras. O país ainda sofre as conseqüências de uma política governamental frágil. O Estado é vulnerável a manobras manipuladoras em função de interesses individuais, enquanto coletivo permanece em segundo plano. A população atuante forma uma massa pouco expressiva e ainda despreparada frente aos desafios sociais. A busca pela compreensão do processo histórico democrático é um elemento somatório ao fortalecimento aos direitos de cidadania.

Esse artigo pretende explorar a censura à liberdade de imprensa nos “Anos de Chumbo” sob a ótica da sociedade brasileira. Com o acirramento da repressão durante o Regime Militar, a informação tornou-se cada vez mais comprometida e dependente dos órgãos do governo e artifícios da imprensa para transmitir a notícia. Procuo demonstrar como a sociedade pôde ser informada e atuante frente às tentativas abafadas de conscientização.

2 A DEMOCRACIA BRASILEIRA E OS “ANOS DE CHUMBO”

O Brasil, no início da década de 1960, encontrava-se em uma intensa mobilização política, como em poucos momentos de sua História. A dualidade Capitalismo Norte- Americano *versus* Socialismo Soviético era refletida na sociedade brasileira. Forças nacionalistas favoreciam o fortalecimento das esquerdas. O Partido Comunista desempenhava um importante papel na articulação dos setores progressistas e exercia uma considerável influência no meio estudantil, sindical e intelectual. O ideário da revolução “democrática e anti-imperialista” circulava abertamente no debate nacional. O fortalecimento da ideologia comunista no Brasil despertou as forças conservadoras, temendo mudanças que pudessem por em xeque a estrutura social e econômica.

Segundo Skidmore (1989), constatou-se que os civis a favor do golpe estavam convencidos, na década de 1960, de que Goulart pretendia tornar o país um estado socialista, o que iria extinguir os valores e tradições institucionais do Brasil. Afirma ainda que “os conspiradores sustentavam idéias anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos”. A ESG, de acordo com Skidmore, pregava que “a principal ameaça ao país não vinha de invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários” (1989, p. 22).

Em Março de 1964, no comício da Central do Brasil, João Goulart radicalizou promessas de reforma agrária e urbana. Como resposta, cerca de 500 mil pessoas

foram às ruas de São Paulo na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. No início desse mesmo mês o secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, declarou numa estação de TV paulista que 'não estamos no governo, mas estamos no poder'.

Para Holanda e Gonçalves (1991), a opinião popular possuía livre expressão em praça pública. Segundo os autores, o Brasil, nos primeiros anos da década de 60 esteve em um momento como em poucos de nossa história, em que o que poderíamos chamar de 'forças progressistas' talvez nunca tivessem se visto tão próximas do poder político.

O Golpe Civil-Militar ocorreu em abril de 1964, dando início aos "Anos de Chumbo". As forças armadas, com amplo apoio de setores da igreja, elite e classe média, temerosos à "ameaça comunista", passaram a ter plenos poderes sobre o governo brasileiro. O autoritarismo militar, fundado em Atos Institucionais, gradativamente endurecia o regime. Aos poucos, as forças armadas passaram a exercer o controle indiscriminado dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Holanda e Gonçalves (1991, p. 20) defendem que o golpe de 64 trouxe consigo a "reordenação dos laços de dependência", e a "regulação autoritária entre classes e grupos, colocando em vantagem os setores associados ao capital monopolista ou a eles vinculados".

Durante os primeiros anos, permaneceu o clima de liberdade. A imprensa ainda era relativamente autônoma e os tribunais continuavam em funcionamento. No entanto, logo a linha dura ganhava mais espaço no governo. Mas foi a partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional número cinco, o famoso AI-5, que o Brasil enfrentou os extremos da repressão. O governo apoiava-se na doutrina da "segurança nacional", segundo a qual os militares deveriam defender a nação das ameaças internas. As Forças Armadas e policiais se viram no direito de mover uma verdadeira guerra contra os opositores do regime.

Foi somente com o fim do mandato de Médici, em 1974, que começou o processo de abertura do regime. O governo Geisel passou a realizar a “abertura política”, de forma “lenta, gradual e segura”, como seu principal projeto.

Para Rossi (1991), o processo de fechamento do espaço democrático desencadeado pelo Regime Militar, nos anos 60 e 70, teve um corolário econômico e social. O poder político esteve em poucas mãos, enquanto a sociedade estava cada vez mais afastada. O objetivo do golpe militar foi atingir a democracia, colocando a sociedade, como um todo, cada vez mais longe do governo. “Instalou-se no Poder uma máquina oficial de matar, prender, torturar, fazer desaparecer dissidentes de qualquer origem política (ou até sem filiação política)” (ROSSI, 1991, p.24).

3 OS INSTRUMENTOS DE CENSURA À IMPRENSA

O decreto do AI-5 foi um marco no Regime Militar. A imprensa, que até então gozava de relativa autonomia, surpreendeu-se com os rígidos mecanismos de repressão do governo. Paolo Marconi (1980, p.38), ao se referir à expansão da linha dura, defende que “o motivo para tanta violência era um só: o regime militar não queria que a imprensa falasse sobre a política interna”. O autor ainda acusa a censura de uma manobra escusa, cômoda e ilegítima perante a sociedade.

O país mergulhava numa época de intensas reivindicações populares e consequente repressão a estudantes, artistas, operários, intelectuais, religiosos e jornalistas. Os jornalistas Antonio Calado e Léo Guanabara, por exemplo, foram condenados a perder seus direitos políticos por 10 anos e ficaram proibidos de exercer atividades jornalísticas.

A prisão e tortura de jornalistas, as pressões (ou incentivos) sobre os proprietários dos jornais, juntamente com a censura direta, haviam reduzido quase toda a mídia, exceto uns poucos semanários de pequena circulação, à condição de líderes de torcida do governo ou, no mínimo, de simples caixas de ressonância das informações geradas no palácio presidencial (SKIDMORE, 1989, p. 355).

Durante o período que compreende desde 1969 até 1978 (quando foi extinta a censura aos meios de comunicação), a imprensa ficou policiada. Ao longo desses nove anos, a censura policial se manifestou de duas formas: por meio de bilhetinhos e telefonemas, eram determinados quais assuntos não deveriam ser abordados pela imprensa. Outra forma, a censura prévia, acontecia por meio dos censores, policiais permaneciam nas redações revisando todo o material redigido que poderia ser divulgado.

Golpe forte contra a liberdade da palavra veio do Ato Institucional n. 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, cujo texto é da autoria de Gama e Silva, ministro da Justiça. Documento característico do arbítrio, classificado de *antilei* pelo jornalista Pedro Dantas, além de restabelecer as cassações de direitos políticos e de mandatos legislativos, outorgou ao presidente da República a iniciativa de impor a censura prévia à imprensa (JORGE, 1987, p. 85).

Promulgada pelo Congresso Nacional, em nove de fevereiro de 1967, e sancionada pelo presidente Castelo Branco, a Lei de Imprensa foi empregada como instrumento de arbítrio, de torturas e de perseguições políticas. Os crimes enquadrados nessa lei eram considerados "crimes contra a pátria", representavam "abusos" na liberdade de informar e de expressar o pensamento. Era garantido ao "sábio" e "infalível" ministro da Justiça, o direito de apreender edições de jornais e revistas. No entanto, a maioria dos "crimes de imprensa" foi processado e julgado pela Lei de Segurança Nacional, de 29 de setembro de 1969, ou pelo Código Penal Militar. O controle político ideológico foi amplamente exercido por organismos de repressão policial- militar.

As atitudes autoritárias do governo surpreenderam até mesmo quem compreendia o que estava acontecendo com o país. Pery Cotta relembra o episódio em que o renomado jornal *Correio da Manhã* teve sua redação invadida por membros armados do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e preso o diretor do jornal, Osvaldo Peralva:

A primeira reação, em cada grupo de quatro mesas em que se juntavam os jornalistas, redatores e editores, foi quase de apatia. (...) Uns olhavam

para os outros interrogativos e pouco crédulos da gravidade da informação. Acostumados a fatos bons ou ruins, os calejados jornalistas já sabiam, é verdade, que as coisas iriam piorar daquele dia em diante e que o regime endureceria, após a divulgação do quinto Ato Institucional do período autoritário. Esperava-se algum tipo de censura à Imprensa e tinha-se certeza absoluta do temporário trancamento do Congresso (...). Mas, invadir jornais e tomá-los pela força não passava pela cabeça de ninguém (COTTA, 1997, p. 18).

Atitude comum durante o Regime Militar, o governo solicitava aos meios de comunicação a divulgação de matérias de seu exclusivo interesse. As notas oficiais chegavam às redações acompanhadas de uma circular do Superintendente local da Polícia Federal onde se “solicitava” providências no sentido de “determinar a mais ampla divulgação no órgão sob sua esclarecida direção, da nota em anexo por cópia xerográfica” (MARCONI, 1980, p. 52).

A censura política aos meios de comunicação foi se consolidando. Aos poucos, passou a se refletir certa impunidade. Segundo Marconi (1980), inicialmente as proibições chegavam às redações identificando, muitas vezes, a autoridade de quem partia a ordem para censurar determinada notícia. Com o tempo, a censura se fortaleceu e tornou-se arrogante. “As proibições passaram a adotar outra fórmula, onde a autoridade que determinava o veto não assumia a sua ordem.” Os censores passaram a usar termos, como “Por ordem superior”, “Por determinação superior”, “Fica proibido”. “Se no princípio um agente federal levava os bilhetinhos pessoalmente, depois, um simples telefonema avisando que o assunto estava proibido, era o bastante para manter amordaçada a quase totalidade da imprensa brasileira” (1980, p. 49).

Essa forma velada de censura foi um dos meios utilizados pelo governo para colocar as autoridades militares em verdadeiras redomas de vidro, conforme defende Marconi. Ao omitir a identificação dos censores, assim como ocorreu com torturadores, esses ficaram ao abrigo de críticas e possíveis denúncias. O governo, segundo o autor, calou a voz de todos os dissidentes políticos inconformados com a pretensão do governo de implantar um mundo completamente imaginário em pleno século XX.

É na década de 70 que se observa um recrudescimento nas atividades da censura de livros, jornais, espetáculos e música. Na imprensa, o *Opinião*, *Veja*, *O São*

Paulo, Tribuna da Imprensa, ainda permaneciam sob censura prévia. Foi nessa época, em outubro de 1975, que a Sociedade Interamericana de Imprensa se reuniu em São Paulo. A conclusão foi que o quadro na América Latina era deprimente e que não havia liberdade de imprensa no Brasil, com a vigência de uma legislação de exceção.

4 A SOCIEDADE E A OPOSIÇÃO

A repressão militar não foi suficiente para calar a sociedade. Ainda que os instrumentos de violência e censura prévia aos meios de comunicação foram largamente utilizados pelo governo para impedir a conscientização popular, houve parcelas da sociedade que se manifestaram em oposição ao governo. De acordo com Rossi (1991), a sobrevivência de setores políticos e sociais contribuiu pesadamente para que o ciclo de governos militares se encerrasse na América do Sul.

Embora saibamos, conforme já citado, que a ala conservadora da Igreja Católica realizou papel fundamental no apoio civil ao golpe militar, Thomas Skidmore aponta, setores da Igreja Católica que fizeram oposição ao governo, sobretudo após 1968. De acordo com o autor, a Igreja Católica Romana representou o único centro de oposição institucional quando a repressão da linha dura se abateu sobre o Brasil.

As lutas decorreram sempre dos esforços que a Igreja fazia para defender os membros do clero ou do laicato desavindos com as forças da segurança. Os católicos mais propensos a choques com o aparelho de repressão eram os que militavam em certos grupos ativos como a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), e outros grupos mais identificados com a esquerda política (SKIDMORE, 1989, p. 270).

José Luiz Braga (1991) define um período de quatro anos, durante a década de 70, como um “esforço liberal” por parte da sociedade civil para recuperar as liberdades democráticas. De 1975 a 1978, esse período se divide em duas fases: A primeira,

é marcada pelo medo, as atitudes são mais cautelosas. O jornal ainda não é muito reivindicativo e cuidadoso com os riscos ainda fortes. Ainda existem proibições telefônicas ou escritas, que deveriam ser obedecidas, sob pena de apreensão. Esse foi o momento do esforço em voltar a falar.

Foi na segunda fase que a sociedade civil reivindica seus direitos com mais força. Inicialmente, a voz era recuperada por meio de instituições: a imprensa “nanica”, a Associação Brasileira de Imprensa, a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil. De maio de 1977 em diante, as ruas voltam a ser ocupadas por manifestações estudantis em grandes capitais, reorganização sindical, movimentação política.

O *Pasquim* participa do esforço liberal da sociedade, partilhando o medo e a vontade. A sua sensibilidade de ajustamento à circunstância e a irreverência já habitual do jornaleco bom indicador da ‘força de pressão’ da sociedade civil. Desta forma, podemos identificar as duas fases do jornal no período em estudo, correspondendo ao que acontece no país: primeira fase: reclamações; segunda fase: reivindicações (BRAGA, 1991, p.66)

De acordo com Braga, a redemocratização não foi “lenta e gradual” conforme se pretendia, devido aos conflitos das forças opostas que ensaiavam seu poder. As instituições, já fortalecidas, e a classe média, insatisfeita com os rumos econômicos do regime, exigiam o retorno às liberdades democráticas.

5 CONCLUSÃO

Esse artigo é um elemento agregador da consciência política cidadã. É um documento que busca reafirmar a denúncia aos instrumentos corruptores da liberdade individual na repressão militar brasileira. O conhecimento das formas de alienação da sociedade frente ao governo, bem como a forma de reação dos civis frente a esse dramático episódio da história brasileira é um meio de entender como ainda há a possibilidade de lutar por um país amplamente democrático. Trazer esse passado à realidade atual é uma possibilidade de entender as consequências de um governo autoritário.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra boa**. Brasília: UNB, 1991.

COTTA, Pery. **Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e Participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968 – 1978)**. São Paulo: Global, 1980.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992.

RAMOS, Edgard Luiz. **Os governos Militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

ROSSI, Clóvis. **A contra revolução na América Latina**. São Paulo: Atual, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.